



Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: conquistas e desafios

Nubia Alves Borges^{1*}, Vanessa Millani Labadessa²

¹Licenciada em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Campus Ariquemes, Ariquemes - RO. ²Mestrado em Psicologia. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Campus Ariquemes, Ariquemes - RO.

*Autor para correspondência: Nubia Alves Borges (nubiaifro@gmail.com)

Resumo

O processo de inclusão escolar ainda anda em passos lentos, mesmo havendo leis que obrigam as instituições de ensino e demais instituições públicas em incluir pessoas com necessidades educacionais especiais, esta realidade ainda está longe de ocorrer. A sociedade ainda é muito preconceituosa com esse público, o que acarreta na discriminação e exclusão destas pessoas. A melhor forma de incluí-las é através da educação, mas inclusão não se faz apenas com leis, faz-se necessário que os órgãos públicos, juntamente com a equipe escolar e professores se juntem e criem mecanismos para incluir estes alunos no ambiente escolar. O objetivo da presente pesquisa é verificar como ocorre a inclusão nas escolas, quais as dificuldades encontradas, as conquistas e os desafios ainda a serem vencidos no processo de inclusão. Tendo como metodologia a revisão bibliográfica, utilizando-se artigos da plataforma do periódico CAPES e Scielo, as buscas foram realizadas entre Julho a Setembro de 2016. As instituições de ensino devem melhorar suas estruturas para que sejam acessíveis, que haja professores qualificados para atender esses alunos, além de criar estratégias e recursos didáticos que contribuam para o processo de ensino-aprendizagem. A inclusão só ocorrerá de forma efetiva quando a escola e os professores se unirem para transformar a escola tradicional em uma escola inclusiva, que busca se qualificar e melhorar a cada dia para atender às necessidades de seus alunos. O principal agente inclusor neste processo é o professor, ele é o responsável por criar e executar estratégias que, além de incluir os alunos com necessidades educacionais especiais com os demais alunos, devem facilitar e contribuir para o processo de ensino-aprendizagem de todos os alunos.

Recebido para publicação: 08/10/2016 - Aprovado: 12/12/2016

Palavras-chave: ensino-aprendizagem, escola, professor.

School inclusion of students with special educational needs: conquests and challenges

Abstract

The process of school inclusion is still going slow, even though there are laws that oblige educational institutions and other public institutions to include people with special educational needs, this reality is still far from occurring. The society is still very prejudiced with this public, which entails in the discrimination and exclusion of these people. The best way to include them is through education, but inclusion is not only done with laws, it is necessary that public agencies, together with the school staff and teachers come together and create mechanisms to include these students in the school environment. The objective of the present research is to verify how the inclusion occurs in schools, the difficulties encountered, the achievements and the challenges still to be overcome in the inclusion process. Using a bibliographic review methodology, using articles from the CAPES and Scielo journal platform, searches were conducted between July and September 2016. Educational institutions should improve their structures so that they are accessible, that there are teachers qualified to attend these Students, in addition to creating didactic strategies and resources that contribute to the teaching-learning process. Inclusion will only take place effectively when the school and teachers come together to transform traditional school into an inclusive school that seeks to qualify and improve each day to meet the needs of its students. The main inclusion agent in this process is the teacher, he is responsible for creating and executing strategies that, besides including students with special educational needs with the other students, should facilitate and contribute to the teaching-learning process of all students.

Keywords: teaching and learning, school, teachers.

Introdução

Desde os primórdios a educação não era destinada a todas as pessoas, apenas os filhos dos poderosos feudais, imperadores entre outros, tinham o direito a frequentar uma instituição de ensino, gerando assim uma discriminação entre as classes. Vale salientar, que não eram apenas as pessoas de classes baixas que não tinham direito à educação, mas as pessoas negras, os filhos de lavradores, as mulheres e as crianças ditas anormais (que tinham alguma necessidade especial).

Esse tema da inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais é muito relevante para a sociedade e para a comunidade científica de forma geral, pois ainda

hoje é possível observar a segregação e a não inclusão desses alunos. A lei existe no papel, legalmente essa inclusão deve acontecer, porém na prática a situação é bem mais complexa e desafiadora. É por essa complexidade do tema que discussões exaustivas se fazem necessárias, na expectativa de encontrar-se soluções cada vez mais eficazes nessa busca pela inclusão.

Inclusão engloba uma educação para todos, centrada no respeito e valorização das diferenças. Uma posição que reforça a necessidade do respeito à diferença, o conhecimento e o preparo para lidar com as potencialidades e limitações das pessoas (DELLANI e MORAES, 2012, p. 4).

Como visto na Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, todos os seres humanos possuem o direito à educação de qualidade, tanto os alunos ditos normais quanto os alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 1988). Tendo em vista o direito das pessoas com necessidades especiais, o presente trabalho teve como objetivo verificar como ocorre a inclusão nas escolas, quais as dificuldades encontradas, as conquistas e os desafios ainda a serem vencidos no processo de inclusão.

Trata-se de um trabalho bibliográfico e para a obtenção dos dados para a elaboração deste artigo, foram utilizados as plataformas web: Scielo e Periódicos CAPES. As buscas foram realizadas de julho a setembro de 2016.

1. Precursor histórico da educação especial

Puhlmann (2008), relata que o ato de hierarquizar e organizar os grupos sociais era realizado de acordo com os seus valores e poderes, agrupando os ditos iguais. Este agrupamento está presente na sociedade há muitos anos, sendo que esta forma de dividir a sociedade leva em consideração as classes sociais, os modelos de comportamento, o fator econômico, credibilidade, influência e força de mudanças. Sendo que estes padrões são adotados de acordo com as crenças e a cultura de cada grupo social (PUHLMANN, 2008, p. 18).

Além da separação entre as classes, há uma separação entre as pessoas ditas normais e as pessoas com necessidades especiais, sendo que as pessoas “deficientes” eram e ainda são discriminadas pela sociedade. Ainda tendo base as ideias de Puhlmann (2008), antigamente as mães que davam a luz a uma criança com deficiência eram consideradas pecadoras, que a criança havia nascido deficiente como uma punição a sua progenitora, sendo que as crianças

eram isoladas para que essa falta não se tornasse pública. Tornando assim os mosteiros, igrejas e organizações religiosas abrigos para as pessoas com alguma necessidade especial, em contrapartida à família deveria pagar indulgências como forma de reparação espiritual (PUHLMANN, 2008, p. 19).

As pessoas com necessidades especiais eram excluídas da sociedade, sem direito a própria vida, mas no século XVI, surgem as primeiras instituições, na Europa, que cuidavam, abrigavam e ofereciam estudo aos pobres, doentes e pessoas com deficiências (PUHLMANN, 2008, p. 20).

A Educação Inclusiva deu-se em passos lentos no período do Renascimento, entre os séculos XV e XVII, quando surgiu o “espírito científico”, que nada mais era que a busca por respostas que explicassem o porquê dos males físicos e psíquicos do homem, promovendo uma evolução no ramo da medicina. De acordo com Puhlmann (2008), neste período surgiram na Europa, instituições que ofereciam estudo as pessoas pobres, doentes e deficientes. Um exemplo foi o Padre Vicente de Paulo que criou um local com o intuito de abrigar essas pessoas.

O debate sobre a educação especial teve início no século XVI. Inicialmente, a educação dos alunos com necessidades educacionais especiais era baseada na discriminação e com o decorrer do tempo, houve uma evolução direcionada para a inclusão desses alunos nas escolas regulares (DELLANI e MORAES, 2012, p. 5). Em 1784 surgiu a escola de educação para surdos com os trabalhos de Diderot de John Conrad Amman e de Charles Michel Epée (PUHLMANN, 2008, p. 20).

No século XVIII e meados do século XIX, emergia a ideologia que todo ser é livre, e por ser livre, todos são iguais. E para preservar a igualdade era necessário isolar os especiais, dos demais indivíduos. Dessa maneira as pessoas com necessidades especiais eram protegidas em instituições residenciais e hospícios, sendo mandados para estes estabelecimentos todos aqueles que possuíam algum distúrbio, sendo este período chamado de institucionalização (RIPPEL e SILVA, 2008, p. 2-3).

Há uma valorização dos direitos humanos, com direitos iguais de participação e exercício de cidadania a todas as pessoas, independente das suas características pessoais e condição social, explicitados na Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Nesse contexto, o processo de inclusão social torna-se fundamental para desconstruir a visão assistencialista e de fragilidade que a sociedade adotou como forma de interação com essa população (PUHLMANN, 2008, p. 20).

No século XX, meados da década de 1970, há um movimento com objetivo de integrar as pessoas com necessidades especiais nas escolas regulares, inserindo-as nas mesmas classes que aqueles alunos considerados normais, tendo como concepção que a criança deveria ser educada até o limite de sua capacidade (RIPPEL e SILVA, 2008, p. 3).

Em 1973, inicia-se debates sobre a Educação Especial, tendo como objetivo promover no país a expansão e a melhoria dos instrumentos de atenção aos excepcionais, embora, nesse período, o atendimento a essa clientela não fosse muito grande (RIPPEL e SILVA, 2008, p. 3).

Após muitas discussões em vários países sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais na sociedade e na educação, no Brasil, o assunto se torna oficial apenas em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal:

Art. 205. A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

[...]. Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: [...];

III- Atendimento educacional especializado às pessoas com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

Enquanto que a Declaração de Salamanca, aprovada em 1994, na Conferência Mundial de Educação Especial, passou a considerar a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares como a forma mais avançada de democratização das oportunidades educacionais (DELLANI e MORAES, 2012, p. 5).

De acordo com Rippel e Silva (2008), pode-se destacar como um dos principais eventos voltados a inclusão “A Conferência Mundial sobre Educação para Todos”, realizada em Jontiem, na Tailândia, em 1990, que buscava garantir a igualdade de acesso à educação para pessoas com qualquer tipo de limitação e a “Conferência Mundial sobre Educação Especial”, em Salamanca, na Espanha, em 1994, de onde se originou o documento denominado “Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre as Necessidades Educativas Especiais”, documento que determina o conceito de inclusão, tornando-a um desafio para a educação, estabelecendo que a educação é um direito para todos os cidadãos e não apenas para aqueles que possuem necessidades educacionais especiais.

Ficando assim estabelecido que todas as pessoas têm o direito a educação, inclusive as crianças com necessidades educacionais especiais, sendo que as instituições de ensino são

obrigadas a incluírem estas crianças no meio escolar e possibilitar a estas crianças uma educação digna e de qualidade, para que assim elas possam adquirir o conhecimento como qualquer outra criança.

2. Das terminologia para definir as pessoas com necessidade educacionais especiais

Por muitos anos as pessoas com deficiência foram denominadas por vários nomes, como por exemplo: debiloides, deformadas, anormais, aberrações, entre outros. Frias e Menezes (2008), relataram que os termos utilizados para denominar as pessoas com necessidades especiais podem ser considerados corretos e incorretos, de acordo com os valores e a época que distinguem uma sociedade. Sendo que os termos, valores e conceitos mudam com o decorrer do tempo, assim como a língua falada e a escrita. Mas o que causa preocupação no que se refere às pessoas com necessidades especiais é a possibilidade de que os termos e palavras utilizadas reforcem e perpetuem ideias e informações equivocadas, conceitos ultrapassados que podem denegrir e causar desconforto as pessoas com necessidades educacionais especiais (FRIAS e MENEZES, 2008, p. 7).

No Brasil, têm ocorrido tentativas de se estabelecer terminologias corretas, ao se tratar principalmente de assuntos relativos à deficiência, no intuito de desencorajar práticas discriminatórias. A expressão '*necessidades educacionais especiais*' tornou-se bastante conhecida, no meio acadêmico, no sistema escolar, nos discursos oficiais e mesmo no senso comum. Surgiu da intenção de atenuar ou neutralizar os efeitos negativos de terminologias adotadas anteriormente para distinguir os indivíduos em suas singularidades, por apresentarem limitações físicas, motoras, sensoriais, cognitivas, linguísticas, síndromes variadas, altas habilidades, condutas desviantes, etc. tais como: deficientes, excepcionais, subnormais, infradotados, incapacitados, superdotados, entre outras. Está associada, portanto às dificuldades de aprendizagem, não necessariamente vinculadas às deficiências. (FRIAS e MENEZES, 2008, p. 7).

A criação da expressão “necessidades educacionais especiais” foi de grande valia para o meio acadêmico, pois assim não se julga as pessoas por sua deficiência, mais sim por suas dificuldades educacionais, evitando assim determinados preconceitos no meio escolar.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial, alunos com necessidades educacionais especiais são aqueles que apresentam necessidades específicas de aprendizagens curriculares, diferenciadas dos demais alunos e que solicitem recursos pedagógicos e metodologias específicas, sendo classificados: alunos com deficiência; alunos com condutas típicas e alunos com superdotação/altas habilidades (FRIAS e MENEZES, 2008, p. 8).

Tem se observado que as terminologias são importantes para designar as pessoas com necessidades educacionais especiais, pois assim não há uma discriminação pela deficiência do aluno, mas sim uma adaptação dos mesmos com suas características peculiares, além de contribuírem para uma melhor inserção dos alunos no contexto escolar, possibilitando a essas crianças uma aprendizagem de qualidade de acordo com suas dificuldades educacionais.

Frias e Menezes (2008), afirmaram que as terminologias são criadas para facilitar o trabalho educacional, mas em contra partida, elas podem gerar grandes infortúnios quando utilizadas como forma de rotular, discriminar e até mesmo disseminar ideias preconceituosas sobre as pessoas com necessidades educacionais especiais.

3. A inclusão social no ambiente escolar

O processo de inclusão vem sendo debatido desde o século XVI, mas, infelizmente esta inclusão não ocorre como deveria acontecer. Existem ainda muitas barreiras neste processo, fatores estes que impedem que as pessoas com necessidades educacionais especiais tenham seus direitos cumpridos. Podemos citar como problemas recorrentes a fragilidade no processo de formação dos professores, a ausência de atividades pedagógicas adequadas, a resistência e a falta de compromisso coletivo da comunidade escolar. Tendo como uma das maiores dificuldades em sua implantação, o não reconhecimento do outro como diferente, a não aceitação dessa diferença, a falta de colaboração e consenso na confecção e redefinição de materiais didáticos pedagógicos capazes de contribuir verdadeiramente para o aprendizado dos alunos (DELLANI e MORAES, 2012, p. 4).

Incluir significa ver além da deficiência e as diferenças consideradas peculiaridades que a escola precisa se dispor a acolher. Precisamos rever a nós mesmos, sujeitos da ação, reconhecendo nossas atitudes, valores, limites, preconceitos, desejos e possibilidades, enquanto elementos contribuintes na efetivação do arquétipo inclusivo (DELLANI e MORAES, 2012, p. 10).

A efetivação da inclusão exige a superação de vários desafios, tais como: estabelecimento de novas formas pedagógicas, capacitação dos professores para saber lidar com diferentes problemáticas, os alunos e a própria criança deficiente precisam participar ativamente de seu processo de inclusão. Entretanto para zelar pelas crianças que necessitam de atenção especial na educação regular é preciso criar uma rede de apoio que envolva todos os atores ou especialistas como: psicólogos, neurologistas, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, dentista e outros. Dessa

forma, a concepção de aprendizagem é tida como um processo que sempre inclui relações entre indivíduos, onde a interação do sujeito com o mundo se dá pela mediação feita por outros sujeitos (SOUZA et al., 2005, p. 3).

Incluir não é apenas inserir os alunos portadores de necessidades educacionais especiais em uma classe regular. Para que ocorra verdadeiramente a efetivação da inclusão faz-se necessário que haja uma integração entre todos os membros da comunidade escolar, realizando estratégias que visem a integração dos alunos no ambiente escolar. É necessário que a escola disponibilize aos professores materiais pedagógicos que contribuam para o aprendizado dos alunos, tendo em vista que os alunos especiais possuem uma certa dificuldade em aprender os conteúdos, e com estes materiais didáticos as chances destes alunos assimilarem e aprenderem os conteúdos seria maior do que se o professor utilizar apenas os métodos tradicionais.

Frias e Menezes (2008, p. 28) afirmaram que:

A atitude do professor é um dos fatores que mais contribui para o sucesso de qualquer medida de inclusão do aluno com deficiência na escola regular. Como podemos perceber nas práticas do dia-a-dia nas nossas escolas, não basta determinar legalmente a inclusão para que ela aconteça, afinal ela é um processo que deve fornecer aos alunos com deficiência ou outras necessidades, uma educação com o máximo de qualidade e de eficácia, no sentido do desenvolvimento e da satisfação das suas necessidades individuais. Desta forma, a inclusão exige não só do professor, mas das escolas uma mudança no sentido de se desenvolver com o objetivo de proporcionar um ensino de elevado nível a todos os alunos e o máximo de acesso aos que têm necessidades educacionais especiais. Inclusão não significa, simplesmente, matricular os alunos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica.

Ainda citando os autores acima, os quais afirmam que é um grande desafio aos professores lecionarem em turmas contendo alunos com necessidades educacionais especiais, e muitas vezes eles não estão preparados para assumirem este compromisso, visto que lecionar alunos especiais é preciso que os docentes desenvolvam estratégias de ensino diversificadas com a função de atender às necessidades desses alunos. Os alunos estão sendo inseridos nas escolas e cabe aos professores encararem este desafio e se prepararem para que haja avanços nas transformações, mesmo que pequenas, mas que contribuam para que haja a inclusão destes alunos no ambiente escolar.

O ofício do professor não pode mais ser visto como vocação, e sim como profissão que requer muito estudo, reflexão e uma prática realmente transformadora. A capacitação docente é um dos meios de começar a mudança na qualidade do ensino para criar contextos educacionais inclusivos, capazes de propiciar a aprendizagem de todos os alunos, respeitando ritmos, tempos, superando barreiras físicas,

psicológicas, espaciais, temporais, culturais, dentre outras. A formação de professores para a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais não deve se restringir a torná-los conscientes das potencialidades dos alunos, mas também de suas próprias condições para desenvolver o processo de ensino inclusivo (DELLANI e MORAES, 2012, p. 9).

Faz-se necessário que os docentes tenham em si a consciência que são eles os principais responsáveis pela inclusão de seus alunos, e para que haja esta inclusão é preciso que os docentes criem ferramentas e posturas diferenciadas para lecionarem para seus alunos com necessidades educacionais especiais, para que eles possam aprender e se desenvolver no ambiente escolar. O ato de incluir requer dos professores uma postura crítica em relação aos saberes escolares, onde se deve levar em consideração que a escola não é uma instituição pronta, ela precisa acompanhar o ritmo dos alunos, havendo sempre diálogo entre a comunidade escolar com os demais seguimentos da educação, para que a inclusão seja verdadeiramente um processo contínuo e de qualidade (DELLANI e MORAES, 2012, p. 8).

Torna-se responsabilidade do professor estimular seus alunos a desenvolverem suas potencialidades, ficando a cargo do docente planejar suas aulas de forma que inclua e facilite o aprendizado de todos os seus alunos. Para tal, deve elaborar estratégias de ensino que visem auxiliar os alunos em diferentes situações, levando em consideração as condições individuais destes, e incluindo nessas estratégias as metodologias de ensino, a dinâmica entre o grupo, e todos os recursos disponíveis para facilitar a compreensão e o aprendizado dos alunos (RIPPEL e SILVA, 2008, p. 12-13).

Também é de responsabilidade do professor, e de toda equipe escolar, elaborar estratégias para incluir os alunos com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar, de forma que estes alunos sejam incluídos e consigam assimilar e aprender os conteúdos como os demais alunos.

Como afirmam Rippel e Silva (2008, p. 15):

A efetivação de uma prática educacional não será garantida por meio de leis, decretos ou portarias que obriguem as escolas regulares a aceitarem os alunos com necessidades especiais, ou melhor, apenas a presença física dos mesmos alunos na classe regular não é garantia de inclusão, mas, sim, que tanto a escola como os professores que nela trabalham estejam estruturados e preparados, respectivamente, para trabalharem com essa clientela, independentemente de suas diferenças e/ou de suas características individuais.

A inclusão social só irá acontecer verdadeiramente quando houver uma interação entre a escola e os professores, onde estes lutem e se preparem para receber e elaborar técnicas educacionais que incluam e contribuam para o aprendizado dos alunos com

necessidades educacionais especiais, assim estes alunos serão realmente incluídos no ambiente escolar.

4. Das dificuldades na implantação da inclusão nas escolas

Segundo Frias e Menezes (2008), ouvimos que a implantação da inclusão em todas as escolas faz-se necessária para que os alunos com necessidades educacionais especiais possam frequentar a escola regular e assim participar do contexto escolar e adquirir o conhecimento como os demais alunos. Sabe-se que a legislação é explícita, quanto à obrigatoriedade das escolas em matricular todos os alunos, mas não é suficiente apenas este acolhimento. É necessário que este aluno tenha condições efetivas em adquirir o conhecimento, tendo a capacidade de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades. Desta forma, é imprescindível e urgente que os sistemas de ensino se organizem para que além de assegurar essas matrículas, assegurem também a permanência de todos os alunos, sem perder de vista a intencionalidade pedagógica e a qualidade do ensino.

Segundo Rippel e Silva (2008), a educação inclusiva prevê: “Educação para todos”. Mas, infelizmente muitas escolas continuam rotulando, normatizando, punindo e separando os considerados “bons” dos considerados “ruins”, isto ocorre devido ao sistema de ensino/aprendizagem e de avaliação que está ultrapassado e encontra-se ainda na perspectiva de ensino tradicional.

Muitas vezes, as escolas justificam essa forma de inclusão escolar pela falta de professores preparados para trabalharem com esse alunado, demonstrando, por parte dos educadores, uma forte resistência para enfrentar esse processo de inclusão, o que pode ser compreensível dado ao fato da falta de formação inicial e/ou continuada para enfrentar esse desafio. Ou, ainda, por não acreditarem que estes alunos especiais conseguiriam acompanhar os avanços dos demais colegas, acabando, assim, mais marginalizados e discriminados em salas de aulas regulares do que em classes ou escolas especiais (RIPPEL e SILVA, 2008, p. 10).

O despreparo dos professores é um dos obstáculos mais citados para a educação inclusiva. É um grande desafio, fazer com que a inclusão ocorra sem perdermos de vista que, além das oportunidades, é preciso garantir o avanço na aprendizagem, bem como, no desenvolvimento integral do indivíduo com necessidades educacionais especiais (FRIAS e MENEZES, 2008, p. 3).

O que podemos perceber é que numa comparação entre a legislação e a realidade educacional, a inclusão dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais no ensino regular não se consolidou da forma desejada, a proposta de educação atual vigente ainda não oferece nem garante condições satisfatórias para ser considerada efetivamente inclusiva. Ainda se faz necessária uma maior competência profissional, projetos educacionais mais elaborados, uma maior gama de possibilidades de recursos educacionais (FRIAS e MENEZES, 2008, p. 10).

Tem se conhecimento acerca da dura realidade das condições de trabalho e os limites da formação profissional, o número elevado de alunos por turma, a rede física inadequada, o despreparo para ensinar "alunos especiais" (FRIAS e MENEZES, 2008, p. 11). Dessa forma, não podemos colocar toda a responsabilidade nos professores, sendo necessário apresentar Políticas Públicas que realmente proporcionem efetivamente essa inclusão.

Segundo Anjos et al. (2009), torna-se necessário que o professor trabalhe individualmente com o aluno com necessidades educacionais especiais, sendo este, essencial para o aprendizado do aluno. Infelizmente, isto é impossível em salas superlotadas, tornando a ação inclusiva inviável, uma vez que para que haja uma inclusão social efetiva o professor deve optar entre atender o aluno que necessita de atenção individual ou atender aos demais. Portanto, há que se fracassar em uma das duas possibilidades.

Nota-se que o modo como é tratada a educação de pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais na cidade de Hamburgo é totalmente diferente da disponibilizada no Brasil, como afirma o autor Beyer (2013):

O princípio da matrícula em escolas regulares: nenhuma criança deve ser excluída da escola regular devido ao grau ou tipo de deficiência. Ao contrário, as classes da escola regular podem e devem receber alunos com necessidades especiais. Recomenda-se classes de no máximo vinte crianças, sendo três dentre elas com necessidades educacionais especiais;

O princípio da bidocência: o professor da turma e um educador especial ou professor de apoio trabalham conjuntamente, preferencialmente durante as atividades da sala de aula (o que não significa simultaneamente de atuação);

O princípio da aprendizagem diferenciada: a heterogeneidade do grupo de alunos torna necessário coordenar as metodologias de ensino-aprendizagem, conforme as diferentes situações e necessidades de aprendizagem. No caso específico das crianças com necessidades educacionais especiais, a experiência das escolas especiais deve ser aproveitada. As situações na sala de aula devem se voltar para essa diversidade – nem todas as crianças aprendem da mesma maneira, com os mesmos procedimentos e no mesmo tempo;

O princípio da avaliação individual: nos espaços em que as formas de aprendizagem se diversificam, também os desempenhos e progressos na aprendizagem somente podem ser adequadamente avaliados com critérios que respeitem as individualidades;

O princípio da livre escolha: as classes de integração, como experiência escolar, necessitam da concordância de pais e educadores envolvidos (BEYER, 2013).

Se no Brasil as salas são superlotadas, tendo o professor titular da turma a obrigação de lecionar para todos os alunos, sendo muitas vezes entre 30 a 40 por turmas, incluindo os alunos portadores de necessidades educacionais especiais, na cidade de Hamburgo as salas de aula são lotadas com apenas vinte alunos, sendo apenas três portadores de necessidades especiais.

Segundo Anjos et al. (2009), a descrição da superlotação das salas, da falta de debate prévio acerca da distribuição dos alunos nas turmas, as críticas ao processo de formação, enfim, todos os fatores apontados como desfavoráveis ao processo de inclusão aparecem naturalizados no discurso, ou pelo menos fora do alcance da ação do professor.

Sabemos que ensinar é uma tarefa que envolve principalmente: conhecimento acerca de como se dá o processo de ensino/aprendizagem; domínio do conhecimento a ser socializado; competência técnico-pedagógica; planejamento; intencionalidade pedagógica; competência para perceber e atender às especificidades educacionais dos alunos. Incluir pessoas com necessidades educacionais especiais na escola regular pressupõe uma grande reforma no sistema educacional. Isto implica na flexibilização ou adequação do currículo, com modificação das formas de ensino, metodologias e avaliação; implica também no desenvolvimento de trabalhos em grupos na sala de aula e na criação e adequação de estruturas físicas que facilitem o ingresso e a movimentação de todas as pessoas. É um desafio, fazer com que a inclusão ocorra, sem perdermos de vista que além das oportunidades, devemos garantir não só o desenvolvimento da aprendizagem, bem como, o desenvolvimento integral do indivíduo com necessidades educacionais especiais (FRIAS e MENEZES, 2008, p. 12).

Sabe-se que a educação é fundamental para o desenvolvimento e crescimento de qualquer cidadão, e que a inclusão é um ato de respeito que garante aos alunos o direito de aprender e crescer pessoal e profissionalmente. Infelizmente as dificuldades existem, e muitas coisas devem ser melhoradas para atender efetivamente aos alunos com necessidades educacionais especiais. O que deve ficar claro é que não adianta inserir um aluno em uma sala regular se não houver as condições necessárias que atendam às suas necessidades, pois simplesmente inserir o aluno em uma sala de aula não é inclusão.

5. Educação como principal agente de inclusão

A educação é o principal agente no processo de inclusão. É através da escola e dos professores que este processo poderá se tornar eficaz não apenas na escola, mas na sociedade. A inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular, somente ocorrerá com a readequação das práticas pedagógicas que facilitem o processo de

aprendizagem destes alunos, isto é, a adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. E o processo de inclusão só terá sucesso quando a escola regular aceitar que as dificuldades no processo de aprendizado não são apenas dos alunos, mas se referem muitas vezes em como o ensino é transmitido para estes alunos (DELLANI e MORAES, 2012, p. 10).

Essa discussão é fundamental, pois atualmente o meio escolar demonstra não estar preparado para atender alunos com deficiência física, tornando necessárias adaptações e recursos pedagógicos adequados, para que de maneira inclusiva estes alunos possam se desenvolver integralmente (SILVA e VOLPINI, 2014, p. 19).

Quão necessário a escola deverá estar preparada quanto à acessibilidade, bem como quanto aos recursos pedagógicos para atender alunos deficientes físicos, favorecendo assim, a aprendizagem deles (SILVA e VOLPINI, 2014, p. 19).

É através da inclusão que a criança desenvolve a linguagem, o pensamento, a socialização, a iniciativa e a autoestima, preparando-se para ser um cidadão capaz de enfrentar desafios e participar na construção de um mundo melhor independente das diferenças. A escola deve ser capaz de atender seus alunos em suas especialidades e singularidades e isso é válido para todos, não só para os que possuem algum déficit. Afinal, todas as pessoas apresentam diferentes características, se sobressaem em algumas áreas e apresentam dificuldade em outras, e isso precisa ser respeitado e levado em conta na hora da aprendizagem e do convívio social (SOUZA et al., 2005, p. 3).

Nota-se que existem ainda inúmeras barreiras que impedem a educação de qualidade para estes alunos, dentre elas podemos destacar, a falta de profissionais qualificados, as instituições de ensino muitas vezes não possuem acessibilidade, além de que muitas escolas não possuem materiais didáticos que auxiliem no processo de aprendizagem destes alunos. É obrigação da escola se preparar para atender todos os alunos, oferecendo oportunidades para que a criança possa desenvolver suas habilidades, ser respeitada e ter direitos e deveres iguais a todos (SILVA e VOLPINI, 2014, p. 27-28).

Portanto, é necessário que haja uma inclusão de verdade, onde a escola esteja preparada fisicamente tanto quanto em recursos pedagógicos e que forme cidadãos sem preconceitos, sabendo que todos possuem direitos e deveres iguais, e são merecedores de respeito. Conclui-se que o processo de inclusão ainda é recente, pois a carência de matérias para os educadores da área é grande. A inclusão escolar de alunos deficientes ainda continua em processo de transformação e aceitação pela sociedade, necessitando-se ainda fazer muito para garantir qualidade de ensino a todos (SILVA e VOLPINI, 2014, p. 28).

O professor é o agente ativo do processo de inclusão, e somente ele é capaz de incluir ou não seus alunos no ambiente escolar. O educador tem o poder de inserção, sendo através de suas práticas pedagógicas que o aluno conseguirá aprender o conteúdo. A forma como o professor age é fundamental no processo de inclusão. O profissional criativo busca novos conhecimentos e recursos pedagógicos que facilitem o processo de aprendizado de seus alunos.

Esta busca por novos métodos e práticas torna-se fundamental para que haja a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. De acordo com Souza et al. (2005), para que ocorra o processo de ensino-aprendizagem, tanto com os alunos com ou sem deficiência, é necessário que haja respeito, diálogo e troca de vivências entre todos os educandos, pois assim não haverá um ambiente onde prevalece a deficiência dos alunos, haverá um ambiente saudável.

Concluimos deste modo que o processo de inclusão ocorre a partir da condição que se dá ao aluno e à turma onde está incluso, a partir de condições de estrutura física, suportes de serviços psicopedagógicos, serviços técnico-pedagógicos e administrativos, programações comemorativas, culturais, desportivas, etc., que interagem e dão sustentação ao processo que se desencadeia na sala de aula e tem como atores os alunos e o professor. Essas ações são fundamentais para a construção de uma educação que atenda às necessidades, às possibilidades e ao interesse do conjunto da população escolar brasileira. Para isso, todavia, precisa de profissionais da educação responsáveis e competentes não só do ponto de vista pedagógico, mas também profissionais que não sejam desvinculados dos condicionamentos político-sociais (SOUZA et al., 2005, p. 9-10).

Um ambiente que favoreça os processos de inclusão não é apenas favorável às crianças com necessidades educacionais especiais, mas para todas as crianças, pois a escola inclusiva contribui para a integração de todas elas, tornando-as pessoas sociáveis e seres humanos, que como base o respeito por todas as pessoas, sem levar em consideração as diferenças. Tornando assim as crianças cidadãos capazes de conviver em sociedade.

A escola tem um papel muito importante no processo de inclusão, e através de escolas e professores preparados poderemos ter uma sociedade inclusiva. Os adultos de amanhã são os alunos de hoje, então se queremos cidadãos que respeitem as diversidades é necessário preparar nossas crianças hoje, ensinando-as a serem seres humanos sociáveis, que respeitem seus semelhantes. Que eles cresçam sabendo que todos os cidadãos são iguais perante as leis dos homens e as leis de Deus, por serem todos iguais todos merecem ser respeitados, não importando suas condições físicas, psíquicas, sociais e econômicas.

Considerações Finais

A inclusão escolar necessita de muitas mudanças, principalmente na forma de pensar da população em geral. Para que assim haja uma valorização da diversidade humana, pois somos seres humanos, cada um com sua peculiaridade, com sua forma de ver e viver a vida, com suas diferenças, mas com os mesmos direitos e deveres perante as leis e a sociedade.

Não adianta criarem-se leis que obriguem a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar, se as escolas não estão preparadas para receber estes alunos. Para que haja verdadeiramente a inclusão, faz-se necessário que a equipe escolar, juntamente com os professores e os órgãos públicos se unam para construir uma escola inclusiva, preparar a escola para receber esses alunos com necessidades especiais.

Quando se diz preparar a escola para receber esses alunos, refere-se as condições de acessibilidade na estrutura da escola, a qualificação dos professores e demais funcionários da escola, para atenderem às necessidades dos alunos, a elaboração e utilização de materiais didáticos que facilitem e incluam os alunos com necessidades educacionais especiais no processo de ensino-aprendizagem.

A inclusão escolar só será uma realidade quando houver uma participação efetiva entre a escola e os professores para mudarem primeiramente a maneira de pensar de seus alunos e demais indivíduos na comunidade escolar, na elaboração de estratégias de ensino que tragam esse aluno deficiente para o convívio com os demais alunos. A inclusão não se refere apenas ao ato de inserir o aluno em uma sala de aula, mas sim em fazer com que este aluno se adapte ao ambiente escolar, fazendo com que ele goste, aprenda e deseje estar ali, desfrutando da companhia dos demais alunos e aprendendo o conteúdo ministrado pelo professor.

A melhor forma de incluir uma criança com necessidade especial é através da educação e o principal agente inclusor é o professor, com uma educação de qualidade e um docente preparado, que goste do que faz e tenha consigo a consciência que ele é o principal agente nesse processo, a inclusão escolar deixará de ser apenas uma lei e passará a ser uma realidade em nosso cotidiano.

Referências Bibliográficas

ANJOS, H. P.; ANDRADE, E. P.; PEREIRA, M. R. A inclusão escolar do ponto de vista dos professores: o processo de constituição de um discurso. **Revista Brasileira de Educação**, v.14 n.40, p.116-129, jan./abr. 2009.

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Meditação, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 07 out. 2016.

DELLANI, M. P.; MORAES, D. N. M. Inclusão: caminhos, encontros e descobertas. **Revista de Educação do Ideau - REI**, v.7, n.15, 2012.

FRIAS, E. M. A.; MENEZES, M. C. B. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais**: contribuições ao professor do ensino regular. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

PUHLMANN, F. **A inclusão social da pessoa com deficiência no Brasil**: Como multiplicar este direito. Coordenação Instituto Paradigma: Priscila Cardoso e Danilo Namó – São Paulo: Instituto Paradigma, 2008. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.

RIPPEL, V. C. L.; SILVA, A. M. Inclusão de estudantes com necessidades especiais na escola regular. In: **1º Simpósio Nacional de Educação: XX Semana da Pedagogia – UNIOESTE**, 2008. Cascavel/ PR, 10 a 12/nov. 2008, p. 1-16.

SILVA, F. N. R.; VOLPINI, M. N. Inclusão escolar de alunos com deficiência física: conquistas e desafios. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro- SP, v.1, n.1, p.18-29, 2014.

SOUZA, A. J.; PASSOS, C. M. B.; LISBOA, G. S.; SOUSA, L. S.; CARNEIRO, T. C. B. **A inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais e os desafios do docente em lidar com isso**. Nº0 – ano 1 – Out/nov. 2011. Disponível em: http://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/INCLUSAO_CRIANCAS_PORT_NEC_ESPEC_IAIS.pdf. Acesso em: 20 set. 2016.